



A SEGURANÇA ENERGÉTICA ENTRE RÚSSIA E UNIÃO EUROPEIA: INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E CENÁRIOS POSSÍVEIS

**Energy security in Russia-EU relations: the changing
scenarios of complex interdependence**

Bruno Hendler¹

Ao longo da Guerra Fria, a interação entre a Europa Ocidental e o bloco soviético se deu essencialmente em termos político-militares. Com o fim da cortina de ferro e o estreitamento de laços econômicos entre a União Europeia (UE) e a região pós-soviética, mudanças profundas ocorreram na relação entre o leste e o oeste do velho continente. As novas conexões produtivas, comerciais e financeiras que marcaram tal aproximação, pautadas pelo mantra da globalização, geraram uma crescente interdependência econômica que, acreditava-se, enfraqueceria o jogo de poder das grandes potências na Eurásia. Porém, a virada para o século XXI testemunhou o “retorno da História” e a aldeia global tornou-se pequena demais para acomodar os interesses divergentes de tais forças.

No ambiente de integração econômica e rivalidade geopolítica do Supercomplexo Regional Europeu (ver adiante), a questão da energia tornou-se crucial para as principais forças deste cenário. A interdependência energética entre União Europeia e Rússia é, ao mesmo tempo, causa e consequência de um sistema mundial permeado por fluxos econômicos complementares e fortemente pautado pela atuação de Estados nacionais com interesses e percepções por vezes conflitantes.

A partir dos conceitos de Michael Klare (2008a) sobre a nova ordem energética global, dos conceitos da interdependência complexa de Joseph Nye (2009) e da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Barry Buzan e Ole Waever (2003) pretende-

¹ Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI-UFRJ. (bruno_hendler@hotmail.com).

se examinar a relação Rússia-UE em duas etapas: (1) caracterizar a Rússia como uma *energy surplus nation* e a UE como uma *energy deficit nation*² de forma a compreender a interdependência energética entre ambos; e (2) a partir de três recortes temporais (curto, médio e longo prazo), traçar os cenários de possíveis desequilíbrios de vulnerabilidades (e de poder) na relação de interdependência complexa entre eles.

A nova ordem energética global e a interdependência complexa

De acordo com Klare (2008a), o acesso a recursos energéticos fósseis (gás natural, carvão e petróleo) será determinante para o rearranjo de poder global no século XXI. Pessimista em relação às energias renováveis, o autor afirma que 87% da demanda global de energia em 2030 será atendida por aqueles recursos tradicionais. Porém, diante da redução do número de descobertas de novos campos, do gradual declínio da produção de campos já explorados e das conturbações políticas e operacionais nas principais regiões produtoras, prevê-se que em poucas décadas a demanda energética global superará a oferta, gerando um acirramento entre as grandes potências por acesso aos recursos existentes (KLARE, 2008b).

Neste cenário, o autor divide o mundo em “nações superavitárias” ou “*energy surplus nations*” (ESN’s) e “nações deficitárias” “*energy deficit nations*” (EDN’s). As ESN’s correspondem a um grupo restrito de países que têm acesso privilegiado a recursos energéticos fósseis, cuja produção é voltada, majoritariamente, para o mercado externo. Do outro lado, as EDN’s correspondem a um grupo maior de países que precisam despender recursos variados (diplomáticos, políticos, militares ou econômicos) para importar energia (KLARE, 2008b). A partir disso, depreende-se que ESN’s utilizam seus recursos energéticos para maximizar poder; e que EDN’s utilizam seus recursos de poder para obter acesso a fontes de energia.

Elaborados precisamente no contexto da crise do petróleo de 1973, os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade dos teóricos da interdependência complexa

² Considera-se a União Europeia como uma “nação” para adequar a presente análise à perspectiva teórica de Klare (2008), levando-se em conta que a referida instituição apresenta uma política energética comum, bem como uma série de outros processos decisórios que, nesta perspectiva, nos permitem tratá-la como tal.

(Keohane; Nye, 2012) são valiosos para se compreender a geopolítica energética global. Conforme dois países estreitam laços econômicos dos mais variados, há uma tendência de que seus agentes empresariais desenvolvam uma relação de mútua dependência, também chamada de interdependência. Uma vez que essas trocas estejam inseridas em um sistema capitalista desigual e afetado por relações de poder entre Estados, é natural que as assimetrias apareçam. Logo, a interdependência raramente é equilibrada, e suas assimetrias são verdadeiras fontes de poder, que podem ser mensuradas por meio da sensibilidade e vulnerabilidade de cada agente (NYE, 2011).

A sensibilidade tem um caráter quantitativo, é definida como a quantidade e o ritmo dos efeitos da dependência mútua, ou seja, a rapidez com que as mudanças em uma parte produzem impactos em outra. Já a vulnerabilidade é qualitativa e implica na assimetria entre agentes. Nye a define como a capacidade de minimizar os custos relativos à dependência mútua, ou seja, a habilidade de determinado agente em minimizar os custos impostos por mudanças em outra parte do sistema (NYE, 2009; 2011). Assim, dois países A e B muito sensíveis um ao outro podem obter benefícios mútuos em termos absolutos, mas é a capacidade de A em reagir a custos (reais ou potenciais) impostos por B que lhe garante um excedente de poder. Logo, A tem o desafio de aprofundar laços com B, tornando-se mais sensível a este, mas evitar que esta interdependência torne-o mais vulnerável/dependente em termos relativos.

No mundo caracterizado por Klare, de ESN's e EDN's fortemente conectadas por redes de comércio de energia, os atores tendem a ser muito sensíveis uns aos outros, mas suas vulnerabilidades variam de acordo com a capacidade de dar resposta e buscar alternativas aos custos impostos por terceiros. Por exemplo, enquanto uma EDN, os EUA é muito sensível aos custos impostos por seus fornecedores de petróleo, como a Venezuela. Porém, em caso de interrupção do fornecimento de petróleo venezuelano, aquele país tem condições de cobrir a lacuna de 10% recorrendo a outros fornecedores e a outras fontes de energia (USEIA, 2014). Por outro lado, a Venezuela, que é muito sensível à demanda norte-americana, é também muito vulnerável, pois cerca de 30% de suas exportações de petróleo têm como destino os EUA e a alta dependência do setor petrolífero torna-a vulnerável a oscilações de preço e de compradores. Em

contrapartida, a alta dependência de petróleo do Oriente Médio, torna os EUA vulnerável aos custos impostos pelos países da região que, por sua vez, tornam-se menos vulneráveis aos custos impostos pelos EUA conforme expandem seus mercados consumidores para a Ásia, principalmente para China, Japão e Índia.

Portanto, é neste quadro de sensibilidades e vulnerabilidades variáveis que se insere a relação Rússia-UE, a ser estudada a seguir.

Os Complexos Regionais de Segurança e a questão energética na Eurásia

Buzan e Waever (2003) dividem o mundo em Complexos Regionais de Segurança (CRS's). Um CRS é identificado quando os processos de securitização e desecuritização de um grupo específico de agentes estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser interpretados ou resolvidos de forma separada (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44). Em outras palavras, tem-se um CRS quando os dilemas de segurança de uma determinada região são característicos e peculiares aos Estados e aos outros agentes que a compõem.

Para os autores, um processo de securitização é definido pela construção discursiva em que um fenômeno da realidade é percebido por determinado agente-securitizador como uma ameaça à sua existência, induzindo-o a adotar ações de resposta a tal ameaça. Esse conjunto de respostas é definido como um processo de securitização no momento em que extrapola os canais normais de decisão política, ou seja, quando o agente-securitizador adota “medidas extraordinárias” para combater tal ameaça (BUZAN; HANSEN, 2009).

No período da Guerra Fria, as securitizações entre os polos ocidental e oriental da Europa eram definidas por uma linguagem essencialmente político-militar. Isso porque as percepções de ameaça giravam em torno da dissuasão nuclear, das possibilidades de confrontação militar convencional, da espionagem e do fomento de grupos opositores do inimigo por meio da guerra ideológica e revolucionária.

Com o fim da Guerra Fria e o avanço do capitalismo sobre o antigo bloco socialista, os fluxos econômicos se multiplicaram, assim como a natureza das ameaças percebidas. Conflitos étnicos, fluxos migratórios, fuga de cérebros, periferação

econômica e deterioração ambiental do leste europeu, crime organizado e cooperação energética engrossaram a agenda de segurança da região. Com isso, os CRS's da Europa Ocidental e do mundo Pós-Soviético, que já estavam interligados por questões político-militares, tornaram-se ainda mais conectados – por questões econômicas, sociais e ambientais. E embora gasodutos já cruzassem a cortina de ferro da URSS para a Europa Ocidental desde os anos 1970, a intensidade do fluxo de gás natural aumentou consideravelmente nos anos 1990.

O CRS pós-soviético é composto por Rússia e outros Estados que compuseram a antiga URSS, tendo como sub-regiões a Ásia Central, o Cáucaso, os países bálticos e os países da porção ocidental (Ucrânia, Belarus Moldova) (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 397). A principal característica deste CRS é a assimetria de poder da Rússia em relação aos demais países, que tendem a pautar suas percepções de segurança a partir da relação com o grande vizinho, o qual, por sua vez, projeta influência e interesses sobre as ex-repúblicas soviéticas.

O CRS europeu é formado tanto por países que compuseram o bloco ocidental durante a Guerra Fria quanto por aqueles que estiveram sob a chamada cortina de ferro. Apresenta também um subcomplexo, os Balcãs, devido à dinâmica própria de conflitos étnicos que a região apresentou com a dissolução da Iugoslávia nos anos 1990. A principal característica deste CRS é a centralização de poder em uma instituição, a União Europeia, pois, ainda que as grandes potências (Reino Unido, França e Alemanha) tenham certa autonomia em questões de segurança e política externa, as dinâmicas regionais de poder e riqueza estão diretamente ligadas às políticas da UE.

Ainda que a cooperação energética leste-oeste datasse do período da Guerra Fria, a ampliação da rede de dutos e a intensificação do comércio de gás e petróleo ocorreram nos anos 1990, momento em que se cogita a consolidação do Supercomplexo Europeu diante da política externa ocidentalista russa e de alargamento da UE. Assim, ao contrário da antiga rivalidade bipolar, em que aliados e oponentes eram facilmente discerníveis, a linha que separa cooperação e confrontação nos fluxos de energia é tênue, porque a lógica pura e simples da economia de mercado é afetada e distorcida pela dinâmica do jogo de poder entre as grandes potências. E se a cooperação sem

grandes contrapartidas com o Ocidente prevaleceu nos governo de Yeltsin, o mesmo não pode ser dito de seu sucessor, Vladimir Putin.

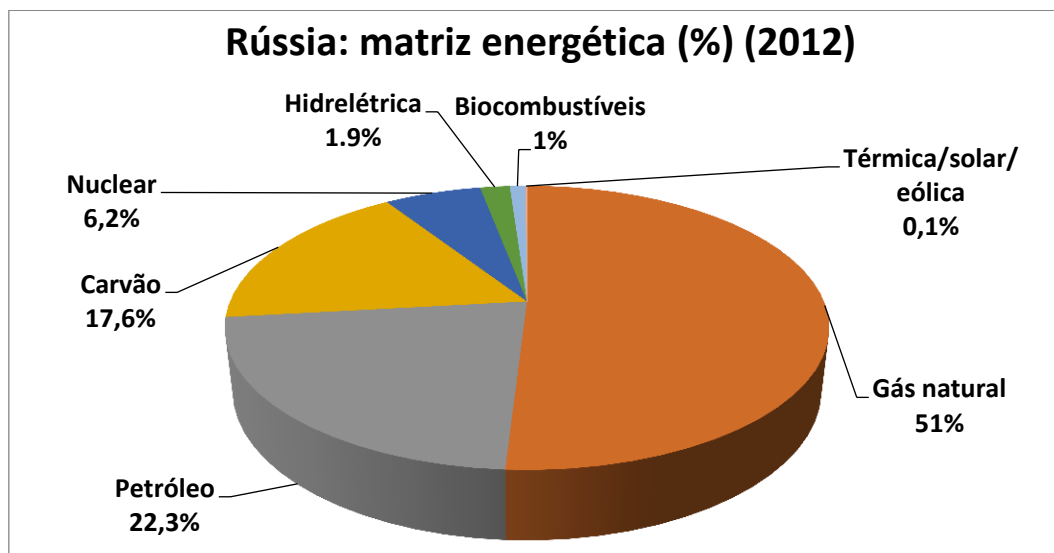
Portanto, nesse jogo de poder e riqueza e de cooperação e confrontação, Rússia e UE têm características peculiares que devem ser analisadas em perspectiva.

Rússia: a potência energética da Eurásia

No cenário traçado por Klare, a Rússia é uma típica *energy surplus nation* que busca transformar em poder global o acesso privilegiado a combustíveis fósseis (gás natural e petróleo). O país é, de fato, uma potência energética. Possui 5,5% das reservas globais de petróleo, é o segundo maior produtor mundial deste recurso (12,9%, atrás apenas da Arábia Saudita, com 13,1%) e é responsável por 6,3% da capacidade mundial de seu refino. Também possui a segunda maior reserva de gás natural do mundo (16,8%, atrás apenas do Irã, com 18,2%) e é o segundo maior produtor deste recurso (17,9%, atrás apenas dos EUA, com 20,6%) (BP, 2014).

Conforme mostra a imagem abaixo, petróleo e gás natural representam cerca de três quartos da matriz energética do país (IEA, 2015) e por apresentar uma economia pautada pelo setor de serviços e uma indústria pouco desenvolvida se comparada aos países da OCDE, a demanda energética russa fica bem abaixo da oferta. O país produz quase onze milhões de barris de petróleo por dia, mas consome apenas três milhões; também produz 600 bilhões de metros cúbicos de gás natural, mas consome cerca de 400 bilhões (BP, 2014). Logo, com um excedente considerável, o governo russo encontra-se em posição confortável para escoá-lo para mercados externos e utilizá-lo para fins políticos como parte da guinada dos anos 2000 frente ao colapso e desestruturação econômica ocorridos nos anos 1990.

Imagem 2. Matriz energética russa



Elaborado pelo autor. Fonte: IEA, 2015.

Quando terminou seu doutorado em São Petersburgo, nos anos 1990, Vladimir Putin já reconhecia a importância dos recursos em questão. Em sua pesquisa acadêmica, o político critica as privatizações do governo Yeltsin e defende que, pelo menos no setor energético, o Estado deveria intervir e utilizar as riquezas minerais para promover o desenvolvimento, recuperar o prestígio internacional da Rússia e evitar a espoliação nacional por grupos estrangeiros (KLARE, 2008a).

Tão logo assumiu o poder, Putin utilizou da máquina pública e de mecanismos jurídicos duvidosos para renacionalizar empresas de energia, como a Yukos (petróleo) e a Gazprom (gás natural) – mecanismos que, em anos anteriores, haviam sido úteis na privatização dessas mesmas empresas. Com o controle estatal das principais companhias do setor, o passo seguinte foi transformar o excedente energético em verdadeira ferramenta de política externa (PICK, 2012).

Dentro do CRS pós-soviético, caracterizado pela assimetria de poder da Rússia em relação a seus vizinhos, a energia faz parte da agenda prioritária e, não raro, contratos de investimento e cooperação são utilizados para apoiar partidos e líderes pró-Rússia e coagir, com elevação de preços ou ameaças de interrupção de fornecimento, países que flertem com o Ocidente e tentem escapar da órbita de influência russa.

Nações da Ásia Central, como Cazaquistão e Turcomenistão, se encaixam no primeiro caso como fornecedores de gás natural, dispondo de relações especiais com o Kremlin (JASINA, 2014), enquanto Ucrânia, Azerbaijão e Geórgia, mais próximos do Ocidente, são alvos frequentes da chantagem energética do gigante da Eurásia.

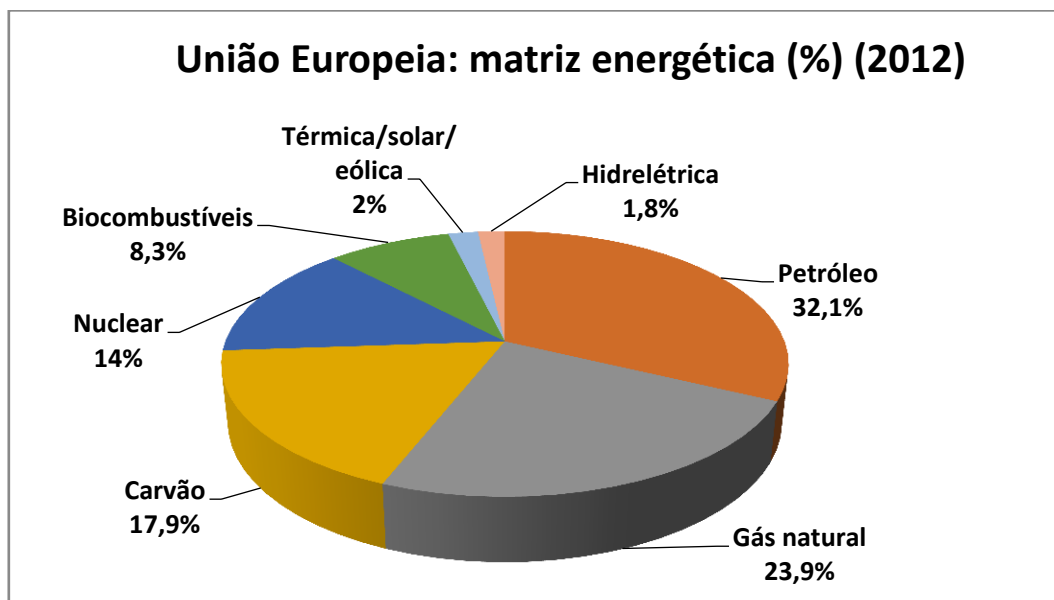
Por outro lado, uma política externa (e interna) baseada na exportação de commodities tem suas fragilidades. Em primeiro lugar, embora o preço do gás natural possa ser definido pelas empresas do setor, o mesmo não ocorre com o petróleo. Na data de publicação da obra de Klare, em 2008, o preço do barril de petróleo atingia picos de 140 dólares, favorecendo países exportadores como Venezuela, Irã e Rússia. Alguns anos depois, com a queda para cerca de 70 dólares, esses países passaram a enfrentar dificuldades financeiras, inclusive com a rápida desvalorização de suas moedas – apesar dos esforços do governo em utilizar parte de seus fundos de reserva, este foi o caso do rublo em 2014.

Em segundo lugar, o “modelo russo” tem sérios entraves. O monopólio estatal e a insegurança jurídica para as empresas privadas atrapalham o aumento de produção e inibem investimentos estrangeiros. O foco na construção de infraestrutura para exportação desloca capitais que poderiam ser investidos na descoberta e exploração de novos campos. E a manutenção de subsídios para atender o mercado interno e manter a ordem social onera os cofres públicos, gera distorções de preços e obriga empresas como a Gazprom a cobrar valores até cinco vezes maiores de compradores estrangeiros pelo chamado *dual price system* (PICK, 2012).

A interdependência energética entre Rússia e União Europeia

Apesar das variações entre os países membros, a UE enquanto bloco apresenta um déficit energético considerável em função da alta demanda industrial, residencial e de transportes. Apesar das alternativas renováveis (principalmente na Alemanha) e das usinas nucleares (principalmente na França), a imagem abaixo demonstra que cerca de 70% da matriz energética europeia consiste em fontes convencionais como petróleo, gás natural e carvão.

Imagem 3. Matriz energética da União Europeia



Elaborado pelo autor. Fonte: IEA, 2015.

Em contrapartida, o quadro 1 mostra a porcentagem mundial das reservas de petróleo e gás natural da UE em comparação com a Rússia e a região pós-soviética. Também apresenta a razão reservas/produção (R/P Ratio), que calcula o tempo (em anos) de duração das reservas de um país caso seja mantido o ritmo de produção de determinado ano. Assim, se mantido o ritmo de produção de 2013, as reservas de petróleo da UE durarão apenas treze anos e as de gás natural apenas dez. Não por acaso, os principais produtores europeus, Reino Unido, Dinamarca e Noruega (a última não faz parte da UE) reduziram consideravelmente sua produção de petróleo na última década.

Já no caso do gás natural, Noruega e Holanda elevaram a extração (de 73 para 114 e de 58 para 63 bilhões de metros cúbicos respectivamente), enquanto o Reino Unido reduziu de 102 para 38, mantendo a média da produção europeia. Porém, na última década o consumo da UE manteve-se em torno de 450 bilhões de metros cúbicos para uma produção total de menos de 200 bilhões, caracterizando um déficit de mais de 50%.

Quadro 1. Petróleo e Gás Natural: reservas provadas e R/P Ratio				
	Petróleo		Gás Natural	
	Reservas (% mundial)	R/P Ratio (em anos)	Reservas (% mundial)	R/P Ratio (em anos)
Federação Russa	5.5	23.6	16.8	51.7
Ex-URSS	7.8	26	28.5	68.2
União Europeia	0.4	13	0.8	10.7

Elaborado pelo autor. Fonte: BP, 2014.

Os quadros abaixo justificam a proximidade entre Rússia e UE. O comparativo de produção e consumo de petróleo e gás natural, bem como a capacidade das refinarias europeias deixa claro que se trata de uma complementariedade entre uma *energy surplus nation* e uma *energy deficit nation*.

Quadro 2. Petróleo: produção, consumo e capacidade das refinarias: x1000 barris/dia (% mundial)			
	Produção	Consumo	Capacidade das refinarias
Federação Russa	10788 (12.9%)	3313 (3.7%)	6027 (6,3%)
Ex-URSS	13863 (16.4%)	4559 (5.1%)	8068 (8.5%)
União Europeia	1437 (1.7%)	12770 (14.5%)	14736 (15%)

Quadro 3. Gás Natural: produção e consumo: Bilhões de m3 (% mundial)			
	Produção	Consumo	Saldo
Federação Russa	604.8 (17.9%)	413.5 (12.3%)	191.3 (5.6%)
Ex-URSS	776.5 (23%)	575.5 (17.1%)	201 (5.9%)
União Europeia	146.8 (4.3%)	438.1 (13.1%)	- 291.3 (-8.8%)

Elaborados pelo autor. Fonte: BP, 2014.

Tal complementariedade se expressa no comércio de energia, que tende a prolongar a duração das reservas europeias. No caso do petróleo, conforme os países do Oriente Médio deslocam seus principais mercados consumidores para a Ásia (principalmente China, Índia e Japão), os países do CRS pós-soviético, principalmente a

Rússia, tornam-se os principais fornecedores do hidrocarboneto para a Europa, com 47% do total importado pelo bloco. No caso do gás natural, essa relação é ainda mais forte, pois apesar do fornecimento de cerca de 100 bilhões de metros cúbicos da Noruega, país ocidental alinhado à UE, a Rússia é o maior fornecedor, com mais de 160 bilhões ou 40% do total

Quadro 4. Petróleo: principais fornecedores para a Europa (milhões de toneladas)

Ex-URSS	295
Oriente Médio	102.6
Norte da África	74.1
África Ocidental	72.9
Estados Unidos	32.3
Outros	45.9
Total	622.8

Quadro 5. Gás Natural: principais fornecedores para a Europa (bilhões de metros cúbicos)

Rússia	162.4
Noruega	102.4
Argélia	24.8
Reino Unido	8.9
Irã	8.7
Outros	89.9
Total	397.1

Elaborados pelo autor.Fonte: BP, 2014.

Portanto, diante dos dados apresentados, a sensibilidade mútua entre UE e Rússia no setor energético é nítida. Resta-nos agora, identificar as vulnerabilidades mútuas entre ambos nos cenários de curto, médio e longo prazo. Cabe salientar que o recorte temporal sugerido é mais um exercício intelectual de apontamento de cenários do que uma tentativa de prever os rumos da questão energética nas próximas décadas.

Cenários da interdependência energética Rússia-UE para o século XXI

Curto prazo

No cenário de curto prazo (que significa meses e anos), a interdependência é balanceada, ou seja, Rússia e UE são mutuamente dependentes e vulneráveis. Do lado europeu, isto decorre de uma série de fatores. Em termos quantitativos, 56% da matriz energética da UE é baseada em petróleo e gás natural. Diante das poucas reservas naturais e da alta demanda por esses recursos, a UE é impelida a mobilizar seu capital político e econômico para ter acesso à energia, caracterizando-a como uma típica *energy deficit nation*.

Uma vez que o PIB europeu é maior do que o russo, e que boa parte do gás natural e do petróleo importados têm como destino a indústria e os transportes (IEA, 2015), respectivamente, uma hipotética interrupção (total ou parcial) do fornecimento de energia implicaria em prejuízos colossais para os setores de produção e circulação do bloco.

Os novos estados membros da UE, localizados majoritariamente no leste europeu, são ainda mais dependentes do gás natural exportado pela Rússia do que os membros antigos. Países cujas importações de gás russo passam de 80% do total importado, como Hungria, Eslováquia e os Bálticos, tendem a pressionar o bloco a aceitar mais facilmente as condições impostas pela Rússia.

Sabendo das cisões internas da UE, a Rússia negocia acordos bilaterais com as gigantes europeias, como a alemã EON Ruhrgas, a francesa Gaz de France Suez, e a italiana ENI. Com isso, o país escapa da agenda de negociação do bloco, que exige a liberalização de mercado, a não monopolização do setor e o respeito jurídico aos contratos e preços acordados (PICK, 2012).

Por outro lado, enquanto uma *energy surplus nation*, a Rússia pode recorrer a artifícios de curto prazo para maximizar poder e riqueza, como influenciar países fornecedores na Ásia Central e no Cáucaso (Cazaquistão, Turcomenistão e Armênia); coagir países intermediários (como o imbróglio diplomático com a Ucrânia, ainda sem

desfecho); negociar acordos bilaterais com países europeus; e, no caso do gás natural, determinar o preço doméstico e externo por meio do *dual price system*.

Não obstante, a Rússia também apresenta algumas vulnerabilidades em relação à UE, especialmente no setor de gás natural. Dois terços da renda anual da Gazprom derivam do fornecimento de gás para a UE (PICK, 2012). Uma hipotética interrupção do comércio traria danos consideráveis às finanças da empresa.

Cerca de 1/4 da receita do Estado russo deriva do recolhimento de impostos da Gazprom (PICK, 2012). Assim, possíveis abalos no comércio com a UE significariam não apenas reajustes do preço do gás no mercado interno para cobrir a queda nas exportações, mas também dificuldades financeiras para o governo.

Praticamente todo o transporte de gás natural russo é feito por gasodutos, não por rotas navais, como o caso dos países do Oriente Médio. Se por um lado isso significa mais eficiência e controle sobre o recurso, por outro, significa um engessamento dos canais de escoamento, visto que a infraestrutura de dutos leva anos para ser construída. Assim, por mais que existam outros interessados no gás russo, principalmente na Ásia, o país ainda se esforça para construir uma infraestrutura de larga escala para o oriente.

Essa dependência do consumo europeu é expressa em números. Dos 211 bilhões de metros cúbicos exportados pela Rússia, 162 bilhões (ou 76%) têm como destino a Europa. Os outros 24% são destinados, majoritariamente, para Ucrânia e Bielorrússia (BP, 2014).

Médio prazo

No médio prazo (cerca de três décadas), prevê-se o cenário traçado por Klare de elevação dos preços do petróleo e do gás natural e também de manutenção da estratificação entre ESN's e EDN's. Ademais, nações deficitárias enfrentarão dificuldades crescentes para tornarem-se superavitárias. Assim, a grande questão energética das próximas décadas na relação Rússia-UE tende a ser a diversificação de fornecedores e compradores com a manutenção do modelo de energias fósseis – cenário que decorre de percepções mútuas de ameaças e securitização entre os dois lados. Em

outras palavras, a tentativa de reduzir a vulnerabilidade pela diversificação de parceiros pode ser encarada como um processo “extraordinário” na relação russo-europeia, um fenômeno custoso que responde à lógica da segurança e não às leis de mercado.

Nesse panorama, a perspectiva russa tende a ser mais otimista. Com uma R/P Ratio favorável, uma localização global privilegiada, uma racionalidade política na exploração dos recursos energéticos e um regime de governo pouco sujeito a dissidências internas, a Rússia tem melhores perspectivas para ampliar o leque de parceiros do que a UE.

Desde meados dos anos 2000, a Rússia volta-se para o Oriente. Japão e economias emergentes como China, Índia e Singapura representam quantias crescentes nas exportações de petróleo russo. No somatório, em 2013 esses quatro países importaram cerca de 20% do hidrocarboneto exportado pela região pós-soviética. Ainda que as importações da Europa cheguem a 70%, a Ásia aparece como uma promissora segunda opção (BP, 2014).

Por outro lado, a perspectiva europeia de ampliação de fornecedores não é tão promissora. No caso do petróleo, os países do Oriente Médio e da África Setentrional e Ocidental carecem de estabilidade política e segurança jurídica, além de carregarem os ressentimentos históricos do período colonial. No caso do gás natural, a vulnerabilidade é ainda maior. Com exceção de Rússia e Noruega, o fornecimento de outros países como Argélia, Reino Unido e Irã é muito pequeno e uma estrutura logística naval com países da África, Oriente Médio e até mesmo do continente americano (Canadá) seria pouco rentável frente à eficiência e à praticidade do escoamento do gás russo por gasodutos já em funcionamento.

Porém, projetos de rotas independentes do monopólio da Rússia têm sido negociados, alguns sem desfecho, junto a países dos Bálcãs, do Cáucaso e da Ásia Central. Este é o caso do BTC – rota que passa por Baku (Azerbaijão), Tbilisi (Geórgia) e Ceyhan (Turquia) – e está em funcionamento desde meados dos anos 2000. Já o projeto Nabucco, cujos gasodutos passariam por Bulgária, Romênia, Hungria, Áustria e daí para a Europa Ocidental, não foi concretizado devido a desacordos com o

Azerbaijão, que optou por projetos concorrentes, também de empresas europeias, como a rota Trans-Adriático, ainda em fase de planejamento.

Longo prazo

No longo prazo (entre três e seis décadas) o modelo de energia fóssil que deu o tom do século XX tenderá a ser gradualmente substituído por energias renováveis e não poluentes. De acordo com a R/P Ratio dos principais produtores de petróleo e gás natural, estima-se que em meados do século XXI esses recursos atinjam um ápice de preços, devido à sua crescente raridade, seguido por uma inevitável queda, no momento em que energias alternativas tornarem-se mais abundantes e mais rentáveis do que as tradicionais.

Essa perspectiva encontra respaldo na análise de Arrighi e Silver (2011) sobre os ciclos sistêmicos de acumulação. Cada ciclo hegemônico no sistema-mundo moderno esteve alicerçado em uma inovação na esfera da economia mundial capitalista a partir da *internalização de custos* na cadeia de mercadorias. Em suma, cada novo ciclo trouxe algum tipo de inovação em relação ao ciclo anterior ao trazer para dentro de sua jurisdição política e de suas próprias redes de mercadorias os custos de determinados processos políticos e econômicos.

Em ordem, o ciclo holandês inovou no comércio e na *internalização dos custos de proteção*, ao conquistar sua soberania da Espanha Habsburgo e desenvolver o modelo das companhias de comércio. O ciclo inglês inovou na esfera produtiva com a *internalização dos custos de produção*. A Inglaterra deu um salto qualitativo e cumulativo em relação à hegemonia anterior devido à mudança de paradigma gerada pela Primeira Revolução Industrial e pelo modelo de indústria familiar. Por fim, o ciclo norte-americano, que foi pautado pelo modelo de integração vertical das grandes corporações aliado à abundância de recursos naturais em solo americano e ao mercado consumidor interno em expansão, gerando uma mudança de paradigma com a *internalização dos custos de transação*. Este é um modelo autocentrado, voltado para a sociedade de consumo – com fornecedores e mercados protegidos da concorrência

externa e integrados por redes de transporte e comunicação instaladas dentro do território nacional.

A partir da evolução histórica apontada por Arrighi e Silver, tem-se a seguinte premissa: ainda que os EUA se mantenham como principal potência militar do planeta, o paradigma econômico voltado para a sociedade de consumo, que garantiu as bases materiais e ideológicas de sua hegemonia no Longo Século XX, está obsoleto. E é precisamente nesse contexto que se insere a quarta etapa da evolução histórica dos CSA: a *internalização dos custos de renovação*³.

Segundo os autores, todas as hegemonias e seus modelos de acumulação estiveram baseados na externalização dos custos de renovação da natureza. Assim, a lucratividade das empresas nos ciclos do passado esteve propensa a considerar os insumos naturais como um input produtivo próximo ao custo zero – devido à abundância (ou pelo menos à perspectiva de não extinção) dos recursos naturais essenciais à lógica produtiva, e à despreocupação com os dejetos resultantes deste processo (2011). A externalização desses custos acentuou-se no Longo Século XX com a difusão da sociedade de massa e do uso maciço de combustíveis fósseis.

Tomando como exemplo o carvão no Longo Século XIX e o petróleo no Longo Século XX, argumenta-se que, embora esses recursos estivessem distribuídos de forma desigual pelo globo, a) os agentes empresariais dependentes dessas matrizes energéticas não contavam com a possibilidade de extinção dos recursos no médio e longo prazo; e b) os impactos ambientais dos dejetos resultantes do seu uso não eram considerados no cálculo dos lucros empresariais ou na lógica de poder dos Estados.

Diante da gradual redução das reservas mundiais de energias fósseis, da elevação de seus custos e dos crescentes impactos ambientais decorrentes de seu uso, a mudança de paradigma na geração de energia por meio da internalização dos custos de renovação energética será a chave para que as *energy deficit nations* possam se tornar superavitárias e, desta forma, evitem transferir poder relativo para as ESN's tradicionais.

³ O termo “reproduction” pode ser traduzido literalmente como “reprodução”, mas opta-se pelo termo “renovação” por captar de forma mais objetiva o conceito trabalhado pelos autores.

Neste cenário, a perspectiva europeia é mais promissora. Ainda que o preço do petróleo e do gás natural se eleve nas próximas décadas, favorecendo ESN's tradicionais como a Rússia, a mudança de paradigma energético tende a recompensar aqueles Estados que estão na dianteira das inovações e do uso de energias renováveis.

Quadro 6. Consumo de energias renováveis e não poluentes (% mundial)				
	Hidroelétrica	Energias Renováveis*	Biocombustíveis	Nuclear
Federação Russa	4.8	0.05	-	6.9
Ex-URSS	6.9	0.3	0.3	10.4
União Europeia	9.6	39.6	16.4	35.3
EUA	7.2	21	43.5	33.4
China	24.1	15.4	2.6	4.4
Brasil	10.2	4.7	24.2	0.6
Canadá	10.4	1.5	1.5	4.1
Alemanha	0.5	10.6	4	3.9

Fonte: BP, 2014.

Conforme o quadro acima, o consumo (e, por consequência, o investimento) russo neste setor não se compara a outros emergentes como China e Brasil, e tampouco a países desenvolvidos como EUA e membros da UE. Portanto, no longo prazo, estima-se que a geopolítica da energia na Eurásia sofra mudanças profundas que poderão afetar a dinâmica de segurança dos CRS's europeu e pós-soviético.

Considerações finais

A partir dos conceitos de ESN's e EDN's de Klare e da interdependência de Nye foi possível atingir os objetivos propostos. Os dados de energia deixam clara a condição russa de nação superavitária e a condição da UE de bloco deficitário. Ademais, o contexto de globalização e multiplicação de redes de produção, comércio e finanças no

pós Guerra Fria provocou uma alteração na natureza da agenda de negociações russo-europeia.

Porém, ao invés do que prenunciavam as correntes neoliberais mais fascinadas com o “fim das fronteiras”, o que se viu foi a fusão da questão energética (por meio de um processo de securitização) com a política do poder – temática que vai além da proposta deste artigo. De todo modo, o estreitamento de laços entre Rússia e UE pela interdependência energética não tem rumado para uma cooperação de soma positiva, mas para uma nova roupagem realista do velho jogo de soma zero, que também engloba temas como a questão da Ucrânia, a anexação da Crimeia, a expansão da OTAN e a proposta de seu escudo antimísseis no leste europeu.

A interdependência energética entre os dois atores nos permite traçar cenários de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, identifica-se a continuidade da dependência mútua em termos equilibrados, ou seja, a UE se mantém altamente vulnerável ao fornecimento russo de petróleo e gás natural; e a Rússia, por sua vez, se mantém altamente dependente da renda gerada pela exportação desses recursos para o CRS europeu.

No médio prazo, examinou-se a perspectiva de ambos em buscar outras parcerias para evitar a vulnerabilidade mútua. Desde que mantido o cenário de Klare sobre a manutenção do paradigma energético do século XX com a crescente relevância dos combustíveis fósseis, a Rússia apresenta perspectivas mais otimistas. Isso porque o país apresenta uma longa R/P Ratio, um regime de governo pouco suscetível a pressões do setor privado e um território que se estende ao continente asiático, região que abriga mercados consumidores com grande potencial.

No longo prazo, a situação se inverte. Se confirmada a tese de Arrighi e Silver sobre a mudança do paradigma econômico (e energético) do século XX, as nações que lograrem promover a *internalização dos custos de renovação*, neste caso, com fontes de energias renováveis e não poluentes, terão mais sucesso na disputa por poder no sistema-mundo moderno. E, conforme visto, a UE tem atribuído uma atenção especial a este setor, de forma que, no longo prazo, poderá reduzir sua vulnerabilidade em relação à Rússia.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **The End of the Long Twentieth Century**. In: Business as usual: the roots of the global financial meltdown. New York: New York University Press, 2011.
- BP: **BP Statistical Review of World Energy**, 2014. Disponível em: <<http://www.bp.com>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Nova York: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. The evolution of international security studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Glenview: Pearson Education Inc., 4 ed. 2012.
- KLARE, Michael. **Rising powers, shrinking planet: the new geopolitics of energy**. Nova York: Holt Paperbacks, 2008a.
- KLARE, Michael. **Palestra concedida ao Carnegie Council for Ethics in International Affairs**, 2008b. Disponível em: <<http://www.carnegiecouncil.org>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Statistics**. Disponível em: <<http://www.iea.org>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- JASINA, Alina. **Together Forever? An Overview of Kazakh-Russian Foreign Relations**. Eurasian Ideas, 2014. Disponível em: <<http://www.eurasianideas.org>>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- NYE, Joseph S. **Cooperação e conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- NYE, Joseph S. **The future of power**. The Perseus Books Group: Nova York, 2011.
- PICK, Lisa. **EU-Russia energy relations: a critical analysis**. University of Leeds: POLIS Journal, Vol. 7, 2012.



US Energy Information Administration (USEIA). **US imports by country of origin.**
Disponível em: <<http://www.eia.gov>>. Data de acesso: 22 jan. 2015.

Recebido em 25 de maio de 2015. Aprovado em 05 de julho de 2015.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo examinar a relação Rússia-UE em duas etapas: caracterizar a Rússia como uma *energy surplus nation* e a UE como uma *energy deficit nation*, com dados empíricos, para compreender a interdependência energética entre ambos; e traçar os cenários de possíveis desequilíbrios de vulnerabilidades nesta relação de interdependência complexa.

Palavras Chave: Segurança energética; Relações Rússia-União Europeia; Complexos Regionais de Segurança;

ABSTRACT

This article aims to examine the Russia-EU relationship in two steps: characterizing Russia as an *energy surplus nation* and the EU as an *energy deficit nation* to understand their energy interdependence; and outline the scenarios of possible imbalances in vulnerabilities in this relationship of complex interdependence.

Keywords: Energy Security; Russia-EU Relations; Regional Security Complex;